

POLÍTICA DE FINANCIAMENTO: UMA REFLEXÃO SOBRE O PROGRAMA DE EDITORAÇÃO DE REVISTAS DO CNPq NA ÁREA DA LINGUÍSTICA

Sandra Raquel de Almeida Cabral Hayashida¹

Claudia Regina Castellanos Pfeiffer²

Resumo: Neste artigo buscamos refletir sobre o programa *Auxílio à Editoração* do CNPq, objetivando analisar discursivamente o programa colocando-o em relação aos demais desenvolvidos. Para isso reunimos um conjunto de documentos constituídos de relatórios de gestão, Plano Plurianual, Resolução Normativa, procurando compreender o lugar da circulação do conhecimento na política científica e o lugar da Linguística em relação às outras áreas de conhecimento.

Palavras-chave: Discurso; Política; Ciência, Circulação, CNPq, Financiamento

Abstract: In this article we seek to reflect about the program *Auxílio à Editoração* do CNPq, aiming to analyze discursively the program by placing it in relation to the others developed. For this we reunited a set of documents consisting of management reports, multi-year plan and normative resolution trying to comprehend the position of the circulation of knowledge in scientific policy and the position of linguistics relative to the others areas of knowledge.

Keywords: Discourse, Politics, Science, Circulation, CNPq, Financing

1. Introdução

Desenvolvemos recentemente um estudo¹ no domínio da História das Ideias Linguísticas em articulação com a Análise de Discurso sobre a produção e circulação do conhecimento científico no espaço dos periódicos, em que pudemos compreender a institucionalização de um instrumento que sustenta a circulação do conhecimento sobre a língua – o periódico científico. Tivemos oportunidade de propor uma periodização para as revistas de linguagem, a partir de um panorama elaborado com aproximadamente 100 (cem) revistas localizadas entre os séculos XIX e

¹ Professora do Curso de Letras da Unemat, Campus Universitário de Cáceres, desde 1983. Doutora em Linguística pela Unicamp.

² Professora credenciada no Programa de Pós-Graduação em Linguística do IEL da Unicamp, pesquisadora no Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb) do Nudecri da Unicamp.

XXI. Um estudo que mostrou a relação que esse conhecimento estabelece com a sua exterioridade constitutiva, as instituições de ensino e pesquisa, as políticas de língua, educação e ciência.

Em nossas reflexões, pudemos perceber que o lançamento inaugural de um programa de incentivo às publicações na década de 1980 marca o acontecimento que instala uma corrida pela publicação, fazendo surgir uma abundância de revistas. No caso da área de linguagem, reverbera para um desdobramento da Linguística, momento em que se podem ver as tensões disciplinares modernas se instituindo, brigando por espaços e se estabilizando no Brasil. Esses estudos nos levaram a estabelecer relações interessantes entre política científica e produção e circulação do conhecimento, buscando compreender o papel dos periódicos científicos e o lugar da Linguística para a política científica brasileira.

Nosso objetivo, nesse artigo, é refletir sobre um instrumento do CNPq para circulação do conhecimento científico, que é o programa *Auxílio à Editoração*. Para isso reunimos um conjunto de documentos constituídos de vários relatórios de Gestão Institucional do CNPq, do período de 2001 a 2008, o Plano Plurianual – PPA de 2004-2007, a Resolução Normativa nº 17/1995, que regulamenta os programas de auxílio individuais, buscando analisar discursivamente o programa *Auxílio à Editoração*. Pretendemos colocar esse programa em relação aos demais desenvolvidos pelo órgão, procurando analisar a distribuição de recursos entre as áreas e com isso compreender o lugar da circulação do conhecimento na política científica e o lugar da Linguística em relação às outras áreas de conhecimento.

2. Política de circulação da ciência

No Brasil, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), fundado em 1951, tem sido a agência do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) destinada ao fomento de pesquisa científica e tecnológica e à formação de recursos humanos para a pesquisa no país.

Além do CNPq cada estado tem desenvolvido um modo de investir na pesquisa local, criando uma Fundação de Amparo a Pesquisa (FAP's), destinando recursos da sua própria arrecadação. Essas fundações começam a surgir a partir da década de 60 e muito têm contribuído para o crescimento de ciência e tecnologia no país, sendo que muitas delas financiam publicações científicas em periódicos.

O CNPq conta com uma Diretoria Executiva, um Conselho Deliberativo, dois comitês de assessores, que segundo o conselho:

Além de participar desses órgãos, a comunidade científica e tecnológica do país participa também em sua gestão e política por meio dos Comitês de Assessoramento e da Comissão de Assessoramento Técnico-Científico. (*site* do CNPq)

A respeito da participação da comunidade científica na definição de política científica e no julgamento de atribuição de recursos, Guimarães (2001) diz que do ponto de vista enunciativo, o que se vê é um organismo do Estado colocar a comunidade científica para dizer no lugar de enunciação do seu discurso.

Esse processo, segundo o autor, tem duas direções:

Na medida em que a comunidade científica se faz locutor no interior do discurso de um órgão do Estado, ela não só tem a si como interlocutor, mas também o Estado e o Governo. Enquanto interlocutor assim constituído, o Estado e o Governo falam não só para a comunidade científica, mas na comunidade

científica. E fala na comunidade científica na medida em que um interlocutor seu, do Governo, fala na comunidade enquanto membro desta comunidade, afetado pelo papel que tem como interlocutor no Governo (p. 99).

Em relação a esse jogo de posições, o autor defende o debate indispensável como forma política da produção do conhecimento, para não deixar a voz da comunidade ser apenas um eco da voz do Estado, *ao inviabilizar o debate, alia-se à voz do Estado como modo de censura teórica no interior do domínio do saber* (p.100)

São duas as principais ações desenvolvidas pelo CNPq: as *bolsas* e as *modalidades de auxílio*. As *bolsas* são oferecidas tanto individualmente ao pesquisador como por sistemas de quotas a instituições, aos cursos, ao pesquisador ou às fundações de apoio as pesquisas do país. Em relação às modalidades de auxílio, destaca-se dentre elas o “apoio à editoração”, que são recursos destinados à publicação de periódicos científicos, que será discutido no próximo item.

Além das ações de bolsas e auxílio apresentados no site oficial do CNPq, a agência desenvolve vários programas e projetos. Quando olhamos para os nomes dos projetos e programas desenvolvidos pela agência, verificamos ainda de forma preliminar, algumas áreas que sobrepõem a outras, bem como programas e projetos que concorrem entre si por recursos e investimentos, essas questões levantam questionamentos importantes como: que lugar ocupa a editoração de periódicos científicos quando colocados em relação a várias ações desenvolvidas pelo CNPq?

3. O programa Auxílio à editoração do CNPq

Em relação ao programa *Auxílio à editoração e publicação*, o CNPq desenvolve essa modalidade de auxílio desde 1983³ com o objetivo de apoiar e incentivar a editoração e publicação de periódicos científicos brasileiros impressos; nos últimos anos tem priorizado às revistas divulgadas por meio eletrônico, em todas as áreas do conhecimento. O apoio é concedido a revistas mantidas e editadas por instituição ou sociedade científica brasileira, sem fins lucrativos, de âmbito nacional e que contribuam para elevar o nível de qualidade, forma e conteúdo das revistas nacionais dedicadas à Ciência, Tecnologia e Inovação, para divulgação no Brasil e no exterior.

Tomamos como ponto de partida para análise do programa de editoração o índice do relatório do ano de 2001, transcrito abaixo, em que a editoração aparece no item “Expansão e consolidação do conhecimento Científico e Tecnológico”:

Evolução do orçamento nos últimos 21 anos: Breve Comentário

I Programa do Ministério da Ciência e Tecnologia: Ações do CNPq

Capacitação de Recursos Humanos para a Pesquisa

Inovação para a Competitividade

Expansão e Consolidação do Conhecimento Científico e Tecnológico

Biotecnologia e Recursos Genéticos – GENOMA

Sociedade da Informação – Internet II

³Segundo BONINI, em seu artigo *Qualis de Letras e Linguística: uma análise de seus fundamentos*. “O Programa de Apoio a Publicações Científicas do CNPq foi criado em 1983 (inicialmente, em parceria com Financiadora de Estudos e Projetos – Finep). Conta, atualmente, com o apoio da Associação Brasileira de Editores Científicos (Abec)”. Não foram encontrados documentos oficiais sobre esse registro, o documento mais antigo encontrado foi a Resolução Normativa nº 17/1995, que estabelece procedimento para os auxílios individuais, dentre eles editoração de periódicos.

Ciência e Tecnologia para o Agronegócio
Ciência e Tecnologia para a Gestão de Ecossistemas
Sistemas Locais de Inovação
Gestão da Política de Ciência e Tecnologia
Fomento à Pesquisa em Saúde

II Programa de outros Ministérios: Ações do CNPq

Proantar – Ministério da Defesa
Recursos do Mar – Ministério da Defesa
Design Brasil – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
Pesquisa Aplicada na Área Energética – Ministério de Minas e Energia

III CNPq: Atividades Institucionais e Administrativas

Atividades do conselho Deliberativo – CD
Atividades do Gabinete da Presidência do CNPq
Atividades da Diretoria Executiva – DEX
Atividade da Diretoria de Administração

As condições de produção desse relatório de gestão/2001 do CNPq se dão no movimento em que o MCT trabalhava no sentido de instituir, no Brasil, a Sociedade da Informação, produzindo efeitos na política científica como a elaboração da primeira versão do programa Plataforma Lattes (1999), em seguida criando a Plataforma Lattes Institucional em 2001, com o objetivo de agregar os sistemas Lattes à rotina administrativa das universidades, e assim descentralizar as informações de ciência do país. Ainda em 2001, o MCT, para criar um novo modelo de gestão, estabeleceu parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) que culminou com a criação do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, na 2ª Conferência de Ciência e Tecnologia, com a finalidade de construir subsídios para a formulação de estratégias e programas em

CT&I. Então, como veremos mais adiante, a implantação dessas medidas e a realização de estudos estratégicos afetam a política científica.

Quando o programa de *Apoio à Editoração e publicação de periódicos científicos* aponta para fora - no Relatório do CNPq - aparece no terceiro item, numa seção intitulada “Expansão e Consolidação do Conhecimento Científico e Tecnológico”. A editoração concorre com temas macros como “Capacitação de Recursos Humanos para a Pesquisa”, “Inovação para a competitividade” e com outros temas específicos como: “GENOMA”, “Internet”, “Agronegócio”, “Ecossistema”, “Inovação”, “Gestão da Política de C&T” e “Saúde”.

Essas ações representadas por programas de algumas áreas específicas do conhecimento concorrem com o auxílio à editoração. Trata-se de ações estratégicas apresentadas como prioritárias no Livro Verdeⁱⁱ, no Livro Azulⁱⁱⁱ e que foram incluídas no PPA do CNPq, que priorizam algumas áreas da Política de Estado, beneficiando umas em detrimento de outras, bem como apontam para uma hierarquização das pesquisas.

Quando se olha para dentro do relatório, no item “Expansão e consolidação do conhecimento científico e tecnológico” (p.18), o programa desenvolve as seguintes ações:

I.3.1 - Apoio a Núcleos de Excelência – PRONEX

I.3.2 - Implementação do Componente Científico do PADCT

I.3.3 - Implantação de Institutos de Pesquisa Padrão Internacional – Institutos do Milênio

I.3.4 - Fomento à Pesquisa Fundamental

I.3.5 - Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

I.3.6 - Fomento a Projetos Cooperativos e Multidisciplinares para a Solução de Problemas Regionais

I.3.7 - Apoio a Grupos de Pesquisa Novos e/ou Emergentes

I.3.8 - Consolidação de Serviços de Informação e Comunicação Científica e Tecnológica

I.3.9 – Difusão da Produção Científica Nacional

I.3.10 - Fomento a Projetos de Cooperação Científica e Tecnológica

Percebe-se que ao colocar o programa de editoração ao lado de outros programas do que se nomeia de “expansão do conhecimento”, a editoração é colocada em nono lugar, uma vez que a política dá prioridade mais uma vez a projetos macros como PRONEX, PADCT, Instituto do Milênio e Fomento à Pesquisa Fundamental.

Segundo o relatório, o programa de expansão representou em 2001, 9% do orçamento do órgão, conforme nos mostra a *tabela 2* abaixo:

Tabela 1 – Programa de Expansão 2000 – 2001

AÇÕES	2000		2001	
	Dispêndio	%	Dispêndio	%
Apoio a Núcleos de Excelência – PRONEX	19.201	28	17.807	25
Implementação do Componente Científico do PADCT	2.922	4	6.931	10
Fomento à Pesquisa Fundamental	7.574	11	15.212	21
Fomento a Projetos Cooperativos e Multidisciplinares para a Solução de Problemas Regionais	1.595	2	1.790	3
Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	496	1	611	1
Apoio a Grupos de Pesquisa Novos e/ou Emergentes	1.200	2	1.312	2
Consolidação de Serviços de Informação e Comunicação Científica e Tecnológica	1.674	2	1838	3
Difusão da Produção Científica Nacional	247	0	-	0
Fomento a Projetos de Cooperação Científica e Tecnológica	1.324	2	1.085	2
Implantação de Institutos de Pesquisa Padrão Internacional – Institutos do Milênio	-	0	22.266	31
Institutos de Pesquisa vinculados ao MCT	31.513	46	-	-
Ações executadas pelo CNPq em parceria com o MCT	-	-	1.612	2
TOTAL	67.746	100	70.464	100

Fonte: Relatório de Gestão 2001/CNPq p.18.

O auxílio à produção científica se insere dentro do programa “Difusão da produção científica nacional”, sendo a única ação desenvolvida nesse programa. Os recursos destinados ao PRONEX, ao PADCT, aos Institutos do Milênio são investimentos para a criação e a consolidação de núcleos e instituições de pesquisas, constituindo os grupos de excelência de “padrão internacional” em áreas que a Política Científica considera estratégicas como saúde, meio ambiente e informação.

No item “Consolidação de Serviços de Informação e Comunicação Científica e Tecnológica” registra investimentos com estatísticas do CNPq, como a publicação do “O Fomento do CNPq”, consolidação do sistema Lattes, desenvolvimento de uma base de dados de currículos para implantação no âmbito da América Latina, Caribe e Países Ibéricos junto com a BIREME/OPAS.

Nessa tabela registra um investimento, em 2000, de 247 mil reais para apoio a revistas científicas e investimento zero para o ano de 2001 nessa mesma modalidade.

Com essas observações, pode-se dizer que o financiamento de C&T dá um direcionamento das ações do pesquisador, em outras palavras pode-se dizer que são os recursos que determinam o que deve ou não ser prioridade, e as prioridades se sustentam no imaginário de ciência que funciona de forma hierarquizada.

Guimarães (2003), ao analisar os *Programas Especiais*, no relatório de 1996 (1980-1996) do CNPq, verifica que eles têm a finalidade de apoiar as áreas: Biotecnológica, Desenvolvimento Tecnológico, Informática e Meio Ambiente, que são tomadas como áreas estratégicas da política científica e tecnológica no Brasil. Inclusive criando um programa para qualificar pessoas para atuar nessas áreas estratégicas. Observa o autor:

Assim, o que estes programas especiais significam a propósito da política científica brasileira? Significa que aquilo que deve receber atenção especial é o campo das tecnologias e das ciências que possibilitam seu desenvolvimento. E isto é predicado de um modo muito específico: tecnologia é o que diz respeito à produção de resultados vindos das áreas Técnicas, Exatas e Experimentais (p. 198).

Para além de priorizar as áreas Técnicas, Exatas e Experimentais, o autor ainda levanta uma outra questão, a concepção de ciência & tecnologia que norteia a política científica:

O que se vê então, é que esta posição que empobrece a concepção de ciência e de tecnologia se significa na medida em que também significa a falta de lugar para as Ciências Humanas no momento em que o Estado formula suas prioridades. Ou seja, esta redução da ciência e da tecnologia se formula na mesma cena que insiste na não cientificidade do que se configurou como o domínio das Ciências Humanas, a partir do século XIX (198-199).

A concepção de ciência formulada pela política científica do CNPq é tradicional, diz o autor, na medida em que concebe tradicionalmente o sentido de tecnologia e exclui outras áreas como a Filosofia, as Ciências Humanas e Sociais. Para o autor, somente a discussão teórica vai abrir a possibilidade de ampliar o sentido de ciência e tecnologia evitando assim que ela tenha um caráter utilitário.

É necessário observar como que hoje estão funcionando esses sentidos de ciência e tecnologia, bem como analisar o lugar que ocupa a linguística na política científica para editoração. Para verificar essa questão, como exemplo, trazemos o Relatório de Gestão de 2002. Nesse relatório, no programa *Difusão da Produção Científica Nacional*, mostra o financiamento de vários periódicos científicos mantidos e editados por instituições ou sociedades científicas brasileiras. A meta que o órgão estabeleceu para o ano de 2002 foi a de apoiar 100 periódicos científicos.

Conforme o relatório, a meta foi ultrapassada, atingindo um total de 137 publicações; isso foi possível, segundo a agência, devido à utilização de recursos adicionais advindos de outro programa o “Programa de Capacitação de Recursos Humanos para a Pesquisa”.

A *tabela 3* abaixo apresenta o número de publicações por áreas de conhecimento beneficiadas em 2002, com recursos destinados ao Auxílio à Editoração do CNPq:

Tabela 3 – Apoio por área de conhecimento

Apoio a Periódicos por área de Conhecimento	N.º Publicação	%
Ciências Agrárias	11	08
Ciências Biológicas	15	11
Ciências Exatas e da Terra	08	06
Ciências Humanas	53	39
Ciências Sociais Aplicadas	09	07
Ciências da Saúde	26	19
Engenharias	06	04
Linguística, Letras e Artes	05	04
Outras (multidisciplinares)	04	03
Total	137	100

Observa-se que a área *Linguística, Letras e Artes* obteve apenas cinco projetos aprovados, esse número tão pequeno deve-se dentre outras questões à falta de lugar da área de linguagem na Política Científica dada a concepção de ciência em que os órgãos de C&T se inscrevem e a área de linguagem não ser considerada estratégica. Em relação à área de *Ciências Humanas*, foi financiado o maior número de revistas, 59 periódicos. Como compreender esses números? Quando se olha, por exemplo, para o número de projetos aprovados na área de Ciências Humanas, não significa que tem mais recursos para ela, uma vez que na Tabela de Áreas do Conhecimento, a grande área Ciências Humanas conta com 10 áreas que são a Filosofia, Sociologia, Antropologia, Arqueologia, História, Geografia, Psicologia, Educação Ciências Políticas e Teologia, que se subdividem em 55 subáreas.

Além disso, outros fatores devem ser considerados. As *Ciências Humanas*, diferente das *Ciências Biológicas*, por exemplo, é menos publicável em “língua estrangeira”, o que pode favorecer uma política que vise a uma circulação pelo menos em nível nacional. E tanto as Ciências Humanas quanto às áreas de Letras e Linguística desenvolvem pesquisas sobre a realidade brasileira.

O CNPq após demonstrar as áreas contempladas com recursos para editoração de revistas traz a seguinte observação:

Em decorrência, enfatiza-se aqui, mais uma vez, tal como já tinha sido feito em 2001, a extrema necessidade de se ampliar o orçamento anual dessa ação para futuros exercícios, em cerca de R\$ 4 milhões, uma vez que existe uma grande quantidade de publicações de alto nível que devem ser apoiadas (Relatório de Gestão Institucional de 2002).

Na seleção de 2002, pode-se dizer que havia uma grande quantidade de periódicos de alto nível, mas que não tinha orçamento suficiente para apoio à editoração, isso fez com que a equipe solicitasse a ampliação do orçamento para os próximos anos.

Com o objetivo de compreender os investimentos destinados à publicação de periódicos, fez-se necessário conhecer os recursos destinados ano a ano, para isso será analisada a discursividade dos relatórios de Gestão do CNPq de 2001, 2002, 2003 e 2006, colocando-os em relação a uma tabela disponível no site do CNPq: “CNPq - Fomento à pesquisa: investimentos realizados segundo modalidades – 1996-2009”.

No Relatório de 2003, em relação ao ano anterior, o programa “Expansão e Consolidação do conhecimento Científico e Tecnológico” passa a concorrer com mais um programa, o programa “Climatologia, Meteorologia e Hidrologia”, como se pode ver no índice do relatório, que

passa a ocupar o terceiro item dos programas da Agência. Esse novo programa recebe 11.989 milhões, cujas ações são realizadas em parceria com o MCT com recursos do Fundo Setorial CT-HIDRO. No programa “Gestão da Política de Ciência e Tecnologia”, do MCT, os investimentos centraram em projetos relacionados ao planejamento, avaliação e controle da Ciência e Tecnologia, conforme o relatório, em especial, na ação “Produção e Difusão de Indicadores de Ciência e Tecnologia” (p.55).

Na tabela que mostra os investimentos para “Expansão e Consolidação do Conhecimento Científico e Tecnológico” (p. 18), verifica-se gastos para a “Difusão da Produção Científica Nacional” de 32 mil, em 2002 e 1.431,5 milhão, em 2003. Na discursividade do relatório, nos comentários que faz em relação à distribuição dos recursos para expansão, diz que as áreas que receberam maior investimento nesse programa foram “Fomento a Pesquisa Fundamental” (26,9%), “PRONEX” (24,4%), “Institutos do Milênio” (23,9%). Investiu-se R\$ 6,5 milhões (recurso do MCT) na implantação do Centro de Referência em Nanotecnologia, no Rio Grande do Sul e R\$ 15,8 milhões (CT-INFRA) em infra-estrutura de pesquisa. Observa-se que no gesto de formulação do relatório (p.18-19) nos comentários sobre os gastos com o programa de expansão o gestor não fala, não explica os investimentos com a ação “Difusão da Produção Científica Nacional”.

A partir do relatório de 2004 o Programa de “Expansão e consolidação do conhecimento Científico e Tecnológico” cede lugar para “Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico”. O que significa essa mudança de nome no programa em que a difusão da produção científica está inserida? Entre um programa que se intitula de “expansão e consolidação” e um outro de “promoção” observa-se um

funcionamento contraditório de transição, de mudança, de ruptura e de continuidade.

Trata-se da passagem do encerramento do PPA 2000-2003 e o início do novo PPA 2004-2007. Algumas ações são concluídas, outras são incluídas, outras, ainda, são direcionadas para outros programas. No programa “Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico”, por exemplo, são incluídas três outras ações: “Fomento a Pesquisa Estratégica em Saúde”, “Fomento ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT III)” e “Ações executadas pelo CNPq com recursos do Fundo CT-INFRA”, que já existiam e que foram redirecionadas para outro programa em 2004.

Cinco novos programas foram criados em 2004 para atender o novo PPA: “Ciência e Tecnologia para Inclusão Social”, “Competitividade das Cadeias Produtivas (MDIC)”, “Desenvolvimento da Nanociência e da Nanotecnologia”, “Difusão e Popularização da Ciência” e “Ciência, Natureza e Sociedade”. Como se pode observar, a política estratégica insiste em apagar a diversidade das ciências.

Em 2004 a Chamada CNPq 02/2004, para apoiar a editoração e publicação de periódicos científicos brasileiros, destinou R\$ 2,5 milhões para essa modalidade. Foram apresentadas como demanda 372 propostas com estimativas para R\$ 16 milhões, foram recomendadas 164, das quais 158 foram selecionadas, entre anais, boletins, cadernos e revistas. A área “Letras e Artes” apresentou 30 propostas, mas somente 7 foram aprovadas, recebendo um total de 55.000 mil de investimento. De todas as áreas, a área *de Linguística, Letras e Artes* foi a que menos recebeu recursos.

A “Difusão da Produção Científica Nacional”, no Relatório de Gestão de 2006, continua sendo uma ação do programa “Promoção da

pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico”. Esse programa recebeu 11% do orçamento do CNPq, destes a publicação do conhecimento recebeu somente 2%, enquanto 40% foi para Fomento à Pesquisa Fundamental e 22% para o PRONEX e 22% para os institutos do milênio.

Nos documentos analisados do CNPq, observa-se que os investimentos para circulação do conhecimento científico ocorrem em três modalidades de auxílios individuais: Participação em Eventos Científicos – **AVG**; Promoção de Eventos Científicos – **ARC** e Editoração – **AED**. Aqui se deterá a análise apenas no programa para editoração de revistas científicas.

O programa de apoio à publicação se restringe em Auxílio à Editoração, recurso destinado basicamente para despesas com material de consumo, correio, editoração, serviços gráficos, serviços de geração e manutenção de página na internet, no caso das revistas eletrônicas.

Os investimentos em editoração de revistas do período de 1996 a 2009, divulgados no *site* oficial do CNPq, pode ser demonstrado no gráfico 5 abaixo

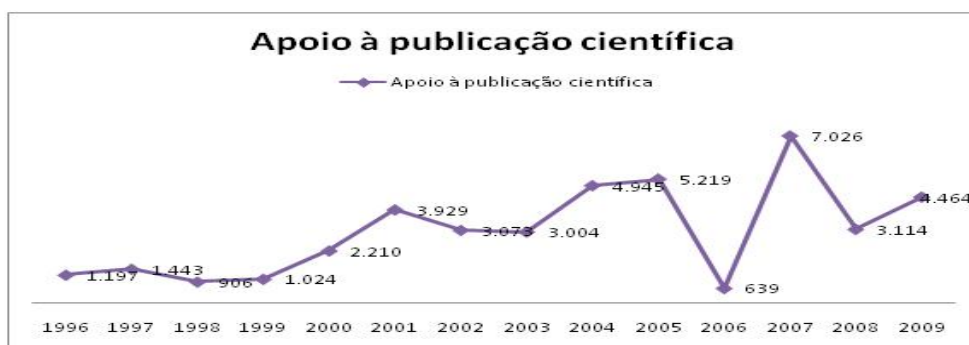


Gráfico 1 - Investimento em Editoração 1996-2009.

Elaborado a partir da tabela *CNPq – Fomento à pesquisa: investimentos realizados segundo modalidades – 1996-2009*, retirada do site: www.cnpq.br, acesso em 04/01/12.

A primeira questão que se observa é a contradição desses números disponibilizados no site (Gráfico 5) com os apresentados nas tabelas de investimentos dos relatórios anuais de gestão do CNPq, conforme demonstramos no Gráfico 6:

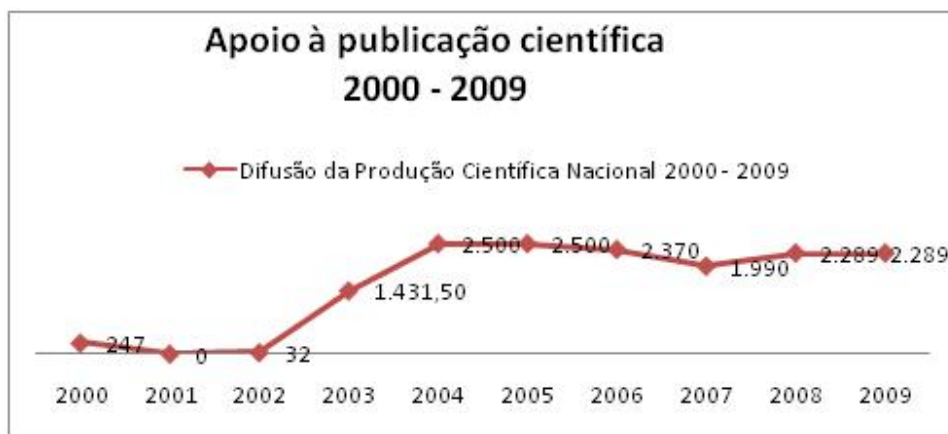


Gráfico 6 – Investimento em editoração de 2000 – 2009, elaborado a partir dos dados apresentados nos relatórios anuais do CNPq.

No gráfico 6, que elaboramos, encontram-se os investimentos ano a ano descritos nos relatórios analisados do CNPq. No relatório ainda é mencionado que desde 2006, para desenvolvimento dessa ação, o CNPq junto com a CAPES têm destinado verbas para publicação da ordem de R\$ de 5.000 milhões, oriundos do Tesouro Nacional, sendo 50% proveniente do CNPq e 50% da CAPES.

Olhando para os dois gráficos, um com informações retiradas do site (Gráfico 5) e o outro (Gráfico 6) elaborado com as informações retiradas dos relatórios anuais de 2000 a 2009, observa-se que os valores de investimento em editoração não batem um com o outro. Nesse sentido, pode-se dizer que alguns recursos destinados para outros programas podem ter sido aplicados em publicação de periódicos. Além dos editais, outros programas como o Apoio a Núcleos de Excelência – PRONEX, Apoio a

grupos novos e emergentes, Institutos do Milênio, dentre outros podem ter executado ações de editoração, embora não tenhamos encontrado isso descrito/explicitado nos relatórios analisados.

A contradição desses investimentos (Gráficos 5 e 6) demonstra confusão na compreensão dos relatórios, bem como a falta desse detalhamento nos investimentos silencia explicações e esclarecimentos fundamentais na distribuição de recursos. Se outros programas específicos destinam recursos para publicação e circulação dos seus estudos não há qualquer problema nisso. O único questionamento que se faz aqui é que esses recursos não sendo computados nos relatórios anuais para a Editoração produzem um efeito de contradição determinada pela falta de explicação, falta de esclarecimento. Outras questões importantes sobre isso reclamam sentidos, quais são as áreas contempladas por esses recursos? São mais uma vez para as áreas consideradas estratégicas?

Avançando na tabela disponibilizada no site, para apoio à editoração de 1996 a 2009, pode-se observar que há um avanço considerável de investimento a essa modalidade. No entanto, também se observa uma oscilação em 1999 e 2000, que se deve, sobretudo, ao foco na informatização da C&T, como dito anteriormente, e em 2002 e 2003 o CNPq centrou seus investimentos em grupos de excelência e institutos do milênio. No ano de 2007, ocorre o maior investimento nessa modalidade, na ordem de 7.026 milhões, fruto de uma parceria com a CAPES/MEC. Em 2008, apresenta uma queda (3.114) que parece manter-se nos anos subsequentes.

As políticas de incentivo à formação de recursos humanos, para a pesquisa e a promoção da pesquisa, desenvolvidas pelas agências de fomento, tanto do CNPq quanto da CAPES, têm sido importantes para

fomentar a produção do conhecimento científico. Entretanto se observa que falta para completar o ciclo, instrumentos para fortalecer/consolidar uma política para circulação desse conhecimento em nível nacional e internacional. Sem a circulação do conhecimento, a visibilidade das pesquisas, sua expansão, difusão, disseminação, promoção – para usar os termos da política científica - ficam comprometidos.

Os dados oficiais registram em 2010, um investimento de 3.549 milhões e em 2011, 5.449 milhões, mantendo ainda uma queda em relação ao ano de 2007⁴.

A partir da tabela divulgada pelo CNPq sobre os investimentos para o Fomento à Pesquisa de 2001 a 2009 das grandes áreas e das modalidades, elaboramos a Tabela 4 abaixo de maneira a dar visibilidade aos investimentos com editoração por área.

Tabela 2 - Apoio à publicação por grande área

Grande Área	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total
Ciências Agrárias	308	275	596	574	895	15	1.154	3.309	1.808	8.934
Ciências Biológicas	321	486	483	730	885	85	1.286	319	806	5.401
Ciências da Saúde	1.341	874	613	1.501	1.098	38	1.331	418	1.125	8.339
Ciências Exatas e da Terra	423	159	314	384	475	35	594	386	383	3.153
Engenharias e Computação	228	78	225	350	259	30	504	385	344	2.403
Ciências Humanas	827	878	613	1.118	1.261	60	1.346	540	563	7.206
Ciências Sociais Aplicadas	393	153	83	168	198	56	373	255	199	1.873
Linguística, Letras e Artes	89	56	55	81	50	-	127	75	58	591
Multidisciplinares	-	115	22	40	98	320	312	413	-	1.320
Total	3.930	3.074	3.004	4.946	5.219	639	7.027	6.100	5.286	39.010

Elaborado a partir da tabela *CNPq – Fomento à pesquisa: investimentos realizados segundo modalidades – 1996-2009*, retirada do site: www.cnpq.br, acesso em 04/01/12

⁴ Informações adquiridas no site do CNPq, acesso em 04/01/12.

A grande área “Linguística, Letras e Artes” recebeu no período de 2001 a 2009 o total de 591 mil reais referentes a investimentos com editoração de revistas. Quando colocamos esses valores em relação aos recursos recebidos pelas demais áreas pode-se perceber que a área *Linguística, Letras e Artes* está entre as que menos receberam apoio à publicação. As áreas mais beneficiadas foram: Ciências Agrárias, com 8.934; Ciências da Saúde, com 8.339; Ciências Humanas, com 7.206 e Ciências Biológicas, com 5.401. Mesmo sem ter os valores dos investimentos no interior das áreas e sem informações a respeito do processo de seleção (por exemplo, se as propostas não compareceram para concorrência com as demais áreas ou se as propostas que foram enviadas foram indeferidas), é possível perceber que a área *Linguística, Letras e Artes* não faz parte do grupo das áreas estratégicas, portanto sem lugar na política de editoração de revistas.

Na avaliação que se tem feito nos relatórios do CNPq, a publicação do conhecimento científico no Brasil foi ganhando vários movimentos, que remetem o programa ora para dentro, competindo com temas da mesma linha, ora para fora, competindo com temas gerais. Isso culminou em diferentes nomeações para o programa de editoração, para citar apenas algumas: *Apoio à editoração, Auxílio à editoração e publicação, Fomento à Pesquisa, Expansão e Consolidação do Conhecimento Científico e Tecnológico, Promoção da pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Difusão da Produção Científica Nacional, Apoio a publicações científicas*, dentre outras.

Observa-se que essas nomeações ora ampliam, ora restringem o sentido do programa para publicações de periódicos. Quando se olha para as nomeações dadas nos índices gerais, elas se apresentam como “expansão”,

“consolidação”, “difusão”, “promoção” produzindo efeitos de que o Brasil tem produções consistentes, importantes consolidadas. Quando as nomeações são remetidas para dentro do relatório, a publicação de periódicos é tomada em um sentido mais restrito, caracterizando-se como “apoio”, “auxílio”, reduzindo a publicação do conhecimento de ciência e tecnologia no país ao caráter de incentivo, como se o país ainda não contasse com produções relevantes, para aquilo que foi nomeado no relatório de “padrão internacional”.

Para concluir, podemos dizer que são nessas contradições, nessa tensão que se pode perceber o lugar de instabilidade da circulação do conhecimento na política científica. Os poucos investimentos à editoração podem também ser indicativos de que as universidades e FAPs devem criar seus próprios mecanismos de garantir a sustentação dos periódicos científicos.

Referências

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

CABRAL HAYASHIDA, Sandra Raquel de Almeida. **Periódicos científicos: a produção e a circulação da ciência da linguagem no Brasil**. 2012. 287 p. Tese (Doutorado em Linguística), Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2012.

GUIMARÃES, Eduardo. Política Científica e Produção do conhecimento no Brasil (Uma aliança tecnológica?) In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.) **Produção e Circulação do conhecimento**. Campinas, SP: Pontes Editora. 2003, volume 2.

____. O acontecimento para a grande mídia e a divulgação científica. In. GUIMARÃES. Eduardo (Org.) **Produção e Circulação do conhecimento**. Campinas, SP: Pontes Editora, 2001.

____. A ciência entre as políticas científicas e a mídia. In. GUIMARÃES. Eduardo (Org.) **Produção e Circulação do Conhecimento**. Campinas, SP: Pontes Editora. 2001, volume 1.

ⁱ Este artigo é parte da minha tese de doutorado em Linguística desenvolvida na Unicamp, uma parceria entre UNEMAT/UNICAMP/CAPES/FAPEMAT, sob a orientação da Prof^a Dr^a Claudia Pfeiffer.

ⁱⁱ O Livro Verde apresenta metas para implementação do Programa Sociedade da Informação, que foi produzido por um Grupo de Implantação do Programa, constituído pelo MCT.

ⁱⁱⁱ O Livro Azul traz as propostas debatidas na 4ª Conferencia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, realizada em maio de 2010, em Brasília, que discutiu uma política de Estado para ciência, tecnologia e inovação com vistas ao desenvolvimento sustentável.